

O CARÁTER DE CLASSE DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Maria Gorete Amorim (UFAL)¹

Maria Escolástica de Moura Santos (UFPI)²

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir criticamente sobre a reforma do Ensino Médio instituída pela Medida Provisória 746/2016, apresentada à sociedade através da mídia como solucionadora do fracassado modelo atual, caracterizado como ultrapassado frente as demandas econômicas e sociais do século XXI. Dentre as principais mudanças se encontram a redução drástica de disciplinas da base comum importantes para a formação de adolescentes e jovens; flexibilização de 50% do tempo curricular para a formação técnica ou qualificação profissional com ênfase no princípio do aprender a fazer e a institucionalização da política de notórios saberes para habilitar profissionais de outras áreas à docência. Alinhada com os interesses das classes dominantes, que diante da crise mundial do capital empreende todos os esforços para não perderem seus privilégios, a referida medida alia-se a projetos de leis complementares e projetos de emendas constitucionais que reduzem direitos trabalhistas e cortam descaradamente recursos para áreas sociais. A reforma não deixa dúvida quanto ao seu caráter de classe, ou seja, atende aos interesses do capital e da classe dominante, aprofundando ainda mais o abismo que separa a educação de ricos e pobres.

Palavras-chave: Ensino Médio. Reforma educacional. Desigualdade social. Precarização.

EL CARÁCTER CLASISTA DE LA REFORMA DE LA ENSEÑANZA MEDIA

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo hacer una reflexión crítica sobre la reforma de la enseñanza secundaria instituida por la Medida Provisional 746/2016, presentado a la sociedad a través de los medios de comunicación como la solución para el actual modelo fracasado, caracterizado como superado frente a las demandas económicas y sociales del siglo XXI. Entre los principales cambios se encuentran la reducción drástica de la base común de las asignaturas importantes para la formación de los jóvenes; flexibilidad del 50% del tiempo curricular para la calificación técnica o profesional, con énfasis en el principio de aprender a hacer y la institucionalización de la política de notorio conocimiento para que los profesionales de otras áreas puedan ser cualificados para la enseñanza. En línea con los intereses de las clases dominantes, que delante de la crisis global del capital hacen todo lo posible para no

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). goreteramorim@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). escolastica.ufpi@yahoo.com.br

perder sus privilegios, la medida se combina con los proyectos de leyes complementarias y proyectos de enmiendas constitucionales que reducen los derechos laborales y cortan desvergonzadamente recursos de las áreas sociales. La reforma no deja ninguna duda en cuanto a su carácter de clase, es decir, sirve a los intereses del capital y de la clase dominante, profundizando aún más la brecha entre la educación de los ricos y de los pobres.

Palabras clave: Enseñanza secundaria. Reforma educativa. Desigualdad social. La precariedad.

Introdução

Em meio à crise política que atravessa o país, instalada no auge da crise mundial do capital, é anunciada a nova reforma do Ensino Médio, implementada pela Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016. De fato, no que se refere à educação brasileira, tudo tem sido sempre muito provisório. Se considerarmos que na sociedade burguesa, a própria educação, as decisões que a amparam, os decretos, as leis e suas emendas, não têm como objetivo último a formação humana, mas dar uma resposta ao mercado ora em crise, fica mais fácil entender seus caminhos e descaminhos.

No contexto da crise mundial do capital na qual estamos inseridos, os processos de exclusão e desumanização tornam-se ainda mais intensos. Isto porque, ao menor sinal de ameaça à produção do lucro, diante dos limites de expansão e acumulação do capital, os grupos dirigentes tratam de realizar todas as manobras possíveis no sentido de amenizar os impactos no âmbito do empresariado, a custas do arrocho do trabalhador. Deste modo, é a classe trabalhadora a mais afetada, pois, em momentos de crise o Estado age para proteger o capital, retirando direitos trabalhistas, atuando de forma repressiva quando necessária e, sobretudo, através do convencimento. Para garantir esse último a mídia e a educação são fortes aliadas.

Se o convencimento é uma arma importante para o Estado, estrategicamente, torna-se mais fácil convencer indivíduos com um limitado senso de criticidade. É, possivelmente, por essa razão que nasce o movimento Escola sem Partido, cujo principal foco é proibir a discussão de política e gênero nas escolas. No entanto, diante da impossibilidade de sua aprovação em curto prazo, devido a reação de setores organizados da sociedade, bem como do seu caráter de

inconstitucionalidade, tratou-se logo de implementar uma reforma na qual a discussão de política não é proibida, porém as disciplinas que a favorecem são retiradas da condição de obrigatoriedade, a saber: Filosofia e Sociologia.

Embora por si só não seja suficiente, o desenvolvimento do pensamento crítico fundamentado numa teoria sólida é uma das condições necessárias para organização das lutas sociais. Sem o conhecimento do real e o desenvolvimento do pensamento crítico, mais a juventude pobre pode ficar suscetível aos ditames do Estado e subsunção a lógica do capital. Sem organização social torna-se mais viável o ataque aos direitos do trabalhador, necessário para garantir a manutenção dos privilégios de classe, sem reações e revoltas. A partir dessa compreensão fica mais evidente os motivos em que se sustentam os ataques à educação pública.

A lógica que orienta as políticas de cortes de gastos que empurram para baixo o padrão de vida da classe trabalhadora, sem contrariar os anseios das classes dominantes, está amparada nas determinações mercantis, embora o discurso burguês seja o da igualdade de direitos e de acesso, escamoteando a própria essência da sociedade capitalista, que é a exploração, a exclusão e a desigualdade. Se a sociedade capitalista garantir igualdade de direito, perde sua razão de ser, uma vez que se sustenta da lógica do mercado cujo cerne está na exploração da força de trabalho e na produção de lucro, em detrimento da vida humana.

Se esta sociedade negar a sua essência ela deixa de existir, por isso, diante da impossibilidade de garantir igualdade de oportunidades e de direitos acusa e pune os indivíduos por suas próprias misérias. Ou seja, o pobre é pobre porque é preguiçoso, o aluno fracassa na escola porque não se interessa o suficiente, etc. O que ninguém questiona é porque filho de rico não evade da escola, não termina a educação básica sem saber ler e escrever corretamente, vai para universidade, ocupa as vagas de maior destaque e, coerentemente, assume cargos de dirigentes.

É na lógica dessa sociedade perversa que a educação se instala, portanto, reflete no seu interior os antagonismos sociais. Nesse cenário, o jovem que não conseguiu concluir a educação básica por conciliar estudo e trabalho, aquele cuja carga-horária não fora cumprida por falta de professores ou devido a longos períodos de greve por descaso do Estado com a educação, aqueles que concluíram o ensino médio sem dominar a estrutura escrita da língua portuguesa, sem noções

mínimas de pelo menos um idioma estrangeiro, outros tantos que abandonaram a escola no percurso pela necessidade de logo cedo, colocarem sua força de trabalho para ser explorada pelo mercado, são tidos como incompetentes e fracos, uma vez que “têm liberdade” e “querer é poder”, como afirma o discurso meritocrático.

Mas, o que é essa tal liberdade numa sociedade dividida entre pobres e ricos? Segundo Lukács (2013), liberdade é fazer escolhas dentre alternativas. Logo, se alguns indivíduos possuem mais possibilidades e mais alternativas que outros, onde está a igualdade de direitos? Igualdade de direitos significa que todos terão acesso ao patrimônio produzido pela humanidade, isso abarca a produção cultural e a riqueza material. No entanto, na sociedade capitalista, conforme Tonet (2012, p.79), “a medida do dinheiro é também a medida do acesso”. E o mais grave é compreendermos como algo perfeitamente aceitável que uma minoria tenha acesso, enquanto a maior é alijada.

É com base nessa reflexão que analisaremos a nova reforma do Ensino Médio enfocando os seguintes aspectos: o caráter de classe da reforma, as reais possibilidades de escolha por parte dos alunos e a regulamentação do notório saber. Deste modo, partimos da seguinte questão norteadora: qual o verdadeiro propósito da reforma do Ensino Médio?

A questão não é de “cor” mas de classe

“A nova cor do Ensino Médio”, esse é o título da matéria que a revista VEJA publicou na edição de 28 de setembro de 2016 sobre a reforma anunciada pelo governo brasileiro para essa etapa da Educação Básica. As autoras da matéria, Cecília Ritto e Monica Weinberg, anunciam logo abaixo do título a justificativa apresentada pelo governo para tal reforma salvacionista: o modelo atual está falido, é preciso “tornar a escola mais flexível, atraente e capaz de preparar os jovens para o concorrido jogo global” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 76). E, acrescenta, a escola atual é concebida como velha escola, representada nas cores preto e branco, e denunciada por causar a evasão de 50% dos jovens que ingressam no Ensino Médio.

Para demonstrar a insatisfação dos jovens com o atual modelo de ensino, as autoras apresentam no primeiro parágrafo do texto, a reforma do Ensino Médio

como um sopro de esperança para uma família da Zona Oeste carioca que tem os filhos de 14 e 17 anos matriculados em um dos melhores colégios particulares do Rio de Janeiro. Estes, com expectativas de cursarem medicina e engenharia, dizem conviver com os percalços do atual ensino médio e uma vida escolar não adequada aos novos tempos.

A Medida Provisória é caracterizada pelas autoras como algo “que teve efeito de um tsunami sobre pais, estudantes, professores e círculos especializados: o velho ensino médio será posto do avesso” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 78). Para elas, a MP levantou imediatamente muitos questionamentos e dúvidas, mas consideram que “a mais básica é se a proposta do governo deve ou não ser celebrada” (Idem).

A questão está no “Se”. Para Ritto e Weinberg não há dúvida, “se as promessas que a MP embute se concretizarem, sim, haverá extraordinários avanços a partir de 2018”, tendo em vista que, “independente do matiz ideológico, direita ou esquerda, [...] há uma constatação unânime: o ensino médio brasileiro, público e particular, é engessado, ineficiente e desconectado do século XXI. É profundamente ineficaz” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 78).

O curioso é que não existe questionamento relacionado à proposta de reforma do governo por parte das autoras da matéria, a única questão apresentada é “se” a Medida Provisória será efetivamente concretizada. Consideram a efetivação da MP a condição para que ocorram “extraordinários avanços a partir de 2018”, ou seja, para as autoras, mudando o modelo, alterando a cor, será possível, ainda que mediante ameaças de cortes de recursos, ocorrerem avanços extraordinários na educação. Absurdo!

Pressupondo que a concepção de avanço apresentada se restringe a tornar o Ensino Médio eficiente e conectado com as demandas do capital no atual contexto do século XXI, não existe contradição, o momento é de crise econômica e, de acordo com Mészáros (2008, p. 43) “as determinações gerais do capital afetam profundamente cada âmbito particular com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais. Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais”. Nesse sentido, faz-se necessário e urgente que os jovens sejam “induzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria

sociedade, adequados a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes são atribuídas” (Idem, p. 44).

Portanto, a justificativa para a reforma do Ensino Médio, atualmente considerado como algo ultrapassado, de cor “preto e branco” e incompatível com os anseios da juventude, nesse caso representada por dois adolescentes da classe média do Rio de Janeiro, somente reforça os interesses do capital e o conseqüente antagonismo de classes. A redução de conteúdos no currículo do Ensino Médio formaliza o que já ocorre em escolas públicas do Brasil. Certamente não são poucos os jovens matriculados e egressos dessa etapa de ensino em escolas públicas no país que não cursaram ou cursaram de forma deficiente disciplinas do currículo obrigatório, o que jamais ocorre com os jovens em escolas privadas, ou seja, ainda que a reforma seja abrangente, é óbvio que as condições objetivas para fazer escolhas da juventude burguesa não são as mesmas da classe trabalhadora.

Qual o percentual de jovens de classe burguesa que não tem acesso à educação escolar no Brasil? Certamente não se inserem nos dados estatísticos do IBGE (2014)³ que constatam, somente 53% das crianças de 6 a 10 anos que ingressam no Ensino Fundamental conseguem chegar aos 15 anos no Ensino Médio, desses, uma média de 60% concluem aos 17 anos. Quem são essas crianças, adolescentes e jovens? Pressupomos que não fazem parte do percentual da população brasileira possibilitada a escolher uma das melhores escolas privadas para estudar e optar pela área do conhecimento que deseja aprofundar, sem com isso sofrer prejuízos do ponto de vista do acesso ao conhecimento escolar e não escolar.

No entanto, essas questões não são consideradas pelas autoras, para quem um dos problemas mais gritantes que justifica o fracasso do Ensino Médio no Brasil é “a inflexibilidade do modelo em vigor, um ponto central que o governo ataca” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 78), pois considera-se um martírio para o adolescente que tem gosto pela arte, por exemplo, ser obrigado a “desbravar a fundo os labirintos da química orgânica” (Idem), etc.

Mais uma vez é colocado em patamares de igualdade o que é da natureza do capitalismo manter desigual. Que outras oportunidades a juventude pobre terá de acesso a conhecimentos básicos de química, física, educação física, sociologia,

³ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 07/10/2016.

filosofia, história, geografia, etc. se não pela educação formal? Que possibilidades objetivas terá de visitar museus e bibliotecas, ir ao teatro, cinema, desenvolver suas potencialidades nas diversas artes, realizar viagens para conhecer culturas, etc.? Lembrando que não estamos nos referindo as exceções, ou seja, a filhos da classe trabalhadora que por acaso cruzam na vida com algumas oportunidades e conseguem, com muito esforço, alguma ascensão social. Não tomamos a exceção pela regra.

Considera-se a reforma, denominada de “novo pacote”, como uma forma de descascar o abacaxi existente e implementar no Brasil “um sistema que deu certo em países como Austrália e Inglaterra” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 79). O curso será dividido em duas etapas, uma primeira com disciplinas fixas e a seguinte com disciplinas que os estudantes escolherão conforme suas predileções. Como isso ocorrerá em escolas públicas? Exemplo: “uma escola pode oferecer, além da grade fixa, aulas de mecânica e programação de sistemas, enquanto outra pode disponibilizar história da arte e teatro – **mas nenhuma oferecerá tudo**” (Idem, - grifo nosso).

Não se trata de pessimismo, mas de enxergar o que o próprio Estado afirma nessa Medida Provisória, as escolhas para os jovens pobres serão restritas, não aos seus anseios, como se anunciou inicialmente, mas às ofertas existentes na escola que estiver matriculado. Qual a opção de escolha pela história da arte e teatro em uma escola que oferece mecânica e programação de sistemas? Quem ou o que determina a parte do currículo que ocupará metade da carga horária do curso relacionada ao ensino técnico? O estudante vai deixar de se matricular na escola do seu bairro para ir estudar em outra mais distante que oferece as disciplinas que o interessam?

Se boa parte das escolas públicas estão com suas estruturas físicas e materiais precárias, enfrentam a carência de profissionais em várias áreas e o governo anuncia mais corte de recursos para a educação, não é difícil supor que tal medida somente aprofundará o rebaixamento da qualidade da educação pública. Sem desconsiderar que se trata de uma estratégia que é função do Estado⁴ quando

⁴ Na obra *Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”*: De um prussiano, escrita por Marx há mais de 150 anos, fica demonstrado que a exigência feita pelo prussiano ao seu rei, ou seja, encontrar a essência dos males sociais no próprio Estado e tomar medidas resolutivas, é impossível ser atendida, tendo em vista que de acordo com Marx (2010, p. 60) “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios

requerida pelo capital, ou seja, fazer com que a educação formal, especificamente a pública, cumpra uma de suas principais funções, “produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2008, P. 45).

As autoras afirmam que “grandes educadores concordam que não tem mais propósito fazer o aluno acumular cultura enciclopédica numa era em que o conhecimento está na internet a um clique de distância” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 81). O que o jovem deve aprender então? Fazendo uso das palavras do físico Andreas Schleicher, diretor da área de educação da OCDE, organização que reúne países desenvolvidos, respondem a essa questão, “o jovem de hoje precisa é saber juntar peças disponíveis e formular ideias” (apud RITTO, WEINBERG, 2016, p. 81).

É preciso considerar que o Brasil é membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e uma das ações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP é fornecer informações à citada Organização para que elabore projetos internacionais na área de educação para países membros, sempre em função do desenvolvimento econômico. Essa pode ser, sem dúvida, uma das explicações para a urgência em implementar uma reforma educacional através de uma Medida Provisória. Certamente o modelo atual de Ensino Médio no Brasil não atende as necessidades do capital, que:

[...] até por volta da década de setenta, imperava na produção, o modelo chamado fordista-taylorista, que se caracterizava por uma produção em série e em larga escala. Neste modelo, o trabalhador era considerado uma simples peça de uma imensa engrenagem, devendo executar praticamente a mesma tarefa durante todo o seu tempo de trabalho” (TONET, 2012, p. 13).

Para esse modelo, era suficiente que o trabalhador desenvolvesse algumas habilidades necessárias ao manuseio da máquina e fosse conformado à ignorância. No entanto, afirma Tonet (Idem):

e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda: frente as consequências que brotam da natureza antissocial dessa vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a essas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.”

Nas últimas décadas, com a revolução informacional, o mundo do trabalho sofreu profundas mudanças. Instaurou-se – algo que ainda está em andamento – um novo modelo produtivo, caracterizado pela incorporação cada vez maior da ciência e da tecnologia à produção, pela flexibilidade, pela descentralização, pela necessidade de um giro muito rápido dos produtos e por uma produção voltada para o atendimento de uma demanda mais individualizada.

Trata-se de um novo perfil do trabalhador, diferente daquele que aprendia uma função de manuseio da máquina e a desenvolvia durante toda a sua vida. Agora o mercado necessita de força de trabalho tecnicamente especializada e de indivíduos que tenham formação polivalente, que saibam resolver problemas, que realizem tarefas diversas e tenham facilidade de transitar de um emprego a outro, é o fim da estabilidade que existia anteriormente. Nesse sentido, qual a necessidade apresentada pelo capital de um grande contingente de trabalhadores jovens com uma formação básica abrangente e sólida em conhecimentos das diversas áreas? Se a educação pública está fracassada não é o próprio Estado o responsável? Qual a verdadeira causa do fracasso do Ensino Médio?

Certamente não é o modelo existente, nem tão pouco outras causas apontadas, a exemplo da formação de professores, considerados “mal formados por faculdades que priorizam teoria em detrimento da prática” (RITTO, WEINBERG, 2016, p. 82), a raiz do problema. Se assim o fosse, a defasagem idade-série, o alto índice de evasão, repetência, analfabetismo, etc. também se apresentaria relativamente igual na realidade das escolas da classe burguesa, visto que seus professores são formados nas mesmas universidades ou faculdades em que se formam os professores da escola pública. Mas, o que mais chama a atenção é que embora a formação dos professores seja comumente apontada como uma das causas do fracasso escolar, a reforma do Ensino Médio abre possibilidades para profissionais sem formação na docência ministrarem aulas.

O notório saber: acirramento do abismo entre as escolas para ricos e para pobres

No que se refere ao perfil docente daquele que vai atuar no Ensino Médio o art. 61, inciso IV, da referida Medida Provisória regulamenta os “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar

conteúdos de áreas afins à sua formação para atender o disposto no inciso V do **caput** do art. 36”. Trata-se de um profissional sem formação em licenciatura, o que indica desconhecimento dos processos didático-pedagógicos, no que se refere aos procedimentos metodológicos e avaliativos, por exemplo. Elementos que por si só não garantem a qualidade do ensino, porém, de forma alguma poderão ser prescindidos na relação ensino-aprendizagem, sob pena de piorar o que já é precário.

O art. 36 diz respeito ao currículo do Ensino Médio, em seu inciso V refere-se mais especificamente à formação técnica e profissional. Isso significa que o profissional com notório saber não será aceito para as áreas de Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática. Apenas as disciplinas das áreas técnicas e profissionalizantes contarão com a contribuição desse profissional diferenciado.

Mais uma vez não poderemos discutir esse ponto da reforma sem considerar o problema da desigualdade social, do atrelamento da educação à lógica capitalista e do intenso processo de deformação que impactam indivíduos e sociedade. Para tanto, é preciso compreender a importância da educação e o quanto de desigualdade ela pode reproduzir. A esse respeito Tonet (2012, p. 83) afirma:

Ora, a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos. Mas, como já vimos, nas sociedades de classes ela é organizada de modo a servir à reprodução dos interesses das classes dominantes. Na sociedade capitalista isso é ainda mais forte e insidioso porque as aparências indicam que uma formação de boa qualidade é acessível a todos, enquanto a essência evidencia que tanto o acesso universal quanto a qualidade não passam de uma falácia.

Essa distância que existe, entre como a educação se mostra ser e o que de fato ela é, só é possível porque as verdadeiras intencionalidades da classe dominante são escamoteadas nas propostas recheadas de “boas intenções”. Ao fim e ao cabo o que temos são propostas educacionais que reafirmam e até acentuam a distância existente entre ricos e pobres. O que é decisivo na nossa sociedade é a prevalência da lógica do mercado sobre os demais setores sociais, inclusive sobre a educação, embora o discurso indique a garantia de acesso, a busca de qualidade e o interesse na formação integral. Na realidade da vida objetiva a escola burguesa será sempre uma forte aliada do capital.

Voltemos, então, à reforma do Ensino Médio e ao notório saber. Quais indivíduos serão mais diretamente atingidos e prejudicados? Aqueles que frequentam os cursos profissionalizantes, certamente. A que classe social eles pertencem? Não é de conhecimento público que as escolas elitizadas ofereçam cursos técnicos profissionalizantes, menos ainda que os filhos das classes mais abastadas se interessam por ela. Assim, a autorização para profissionais sem formação ministrarem aulas no Ensino Médio - ou seja, o agravamento do seu processo de precarização - é um problema arremessado para a escola pública, a escola pensada para pobres.

Assim fica mais evidente o tipo de escola que se quer para pobre e para a elite, o perfil do professor para atuar numa e na outra. Embora essa diferenciação não esteja explicitamente posta na letra da lei e nem poderia - pois, formalmente todos estão respaldados pelo princípio da igualdade de direitos - ela de alguma forma está implicitamente regulamentada. A própria existência de um modelo dualista, antigo e útil ao capital já revela essa separação: a escola técnica serve para preparar em curto período de tempo força de trabalho barata para o mercado, enquanto as escolas das elites ocupam-se da elevação intelectual. Quando se define um formato ainda mais precário para a modalidade profissionalizante, o descompasso entre a formação pensada para pobres e aquela proposta para ricos grita de modo ainda mais intenso.

O que está nitidamente posto é a intenção de precarizar ainda mais o ensino. A utilização do termo precarizar se justifica pelo simples fato de não existir mais apropriada definição. O que se evidencia, de fato, é um rebaixamento do ensino público e a redução das possibilidades, antes já tão escassas, desses jovens que concorrerem às vagas nas universidades e no mercado de trabalho com os egressos de escolas particulares elitizadas. Nessas, se a carga-horária anual não for superior ao definido pela lei, jamais será inferior, o ensino de idiomas independe da sua obrigatoriedade, enquanto nas escolas públicas a obrigatoriedade do ensino de um ou dois idiomas estrangeiros, ou de Educação Física e Artes, por exemplo, não chega a ser suficiente para garantir a contratação do professor que em muitas escolas são lotados com o ano letivo em curso.

Desse modo, é preciso questionar: podemos encontrar algo de positivo na desobrigação do Estado de garantir o ensino de uma segunda língua estrangeira,

além das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física? Como é possível aceitar tamanho disparate como uma simples tentativa de modernizar o antigo Ensino Médio, tornando colorido aquilo que era em preto e branco, como argumenta a citada reportagem da Revista Veja?

A questão central posta nessa reforma não parece ser, e não é, uma tentativa de implementação de um modelo capaz de beneficiar toda a população discente no que se refere à formação ampla do indivíduo e ao desenvolvimento de suas potencialidades verdadeiramente humanas. O que está em questão é a preservação e garantia dos interesses das classes dominantes ameaçadas pela crise mundial do capital. Para tanto, todas as manobras são reconhecidamente válidas.

Não se trata apenas de colorir o Ensino Médio ou deixá-la em preto e branco, o problema da educação pública é muito mais complexo e multifacetado. Como afirma Lessa (2012, p.39), “o fundamento da crise contemporânea da escola é a crise da sociedade burguesa”. Isto porque a escola está assentada nos princípios dessa sociedade que se sustenta justamente na desigualdade e na exploração, de modo que, para o autor, a escola nesse formato burguês não possui outra função que não seja a reprodução das estruturas sociais hierarquizadas.

Na sociedade capitalista, o desenvolvimento e a elevação das potencialidades humanas não estão na ordem do dia, é a necessidade de expansão e concentração do capital, a exigência de garantia do lucro, que direcionam os rumos da política, da educação, das relações sociais etc. Em se tratando do contexto atual, marcado pela crise mundial do capital, a questão se revela ainda mais dramática. Nesse sentido, afirma Tonet (2012, p. 91):

(...) o que está em jogo não é a preocupação com um tipo de desenvolvimento que beneficie toda a humanidade. A lógica do capital simplesmente não permite isso. O que está em jogo é apenas a reprodução dos interesses da burguesia, ameaçados pela crise. E estes interesses devem ser defendidos com todas as armas – econômicas, políticas, ideológicas, culturais – inclusive com a violência mais aberta e brutal, mas, claro, sempre sob a capa da defesa dos interesses de toda a humanidade. Se, com isto, milhões de pessoas forem reduzidas à pobreza, à miséria, à degradação da vida e até à morte, tanto pior para eles, porque se tornam inúteis. O importante é que os interesses do capital estejam a salvo.

Sendo assim, não há nessa sociedade espaço para efetivação do conhecimento em escalas mais amplas, seja de caráter filosófico ou científico, que

priorize o desenvolvimento de uma concepção crítica acerca do mundo, sobretudo que favoreça a formação humana em todas as suas dimensões. O capital não pode permitir que os jovens pobres das escolas públicas comecem a questionar, que não aceitem outra condição que não seja a de partícipe ativo da história, que rejeitem esse formato opressor imposto pelo capitalismo, que desejem e lutem por uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Considerações Finais

Ao apontar as causas do fracasso do Ensino Médio como sendo a formação do professor, a desatualização das metodologias ou o modelo arcaico no qual se sustenta, o Estado se isenta de sua responsabilidade para com as péssimas condições em que se encontram as escolas públicas no país. Além disso, culpabiliza as vítimas pelos seus infortúnios e oculta o fato de que toda questão tem uma relação intrínseca com os interesses do capital e da classe dominante.

Nesse momento de crise do capital e do conseqüente desemprego considerado crônico por Mészáros (2003), o aprender a fazer, a ênfase na prática em detrimento da teoria, reflete claramente a separação explícita da educação de ricos e de pobres, que reforça a separação entre o trabalho intelectual para uns e o trabalho manual para outros. Isso é definidor do lugar que cada um, dependendo da sua condição de classe, vai ocupar na sociedade.

Desse modo, não é possível iguais oportunidades para pertencentes a classes antagônicas, entretanto é possível controlar cada vez mais o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento e aprofundar consideravelmente o abismo entre ricos e pobres. Adaptar e readaptar a juventude pobre aos interesses do mercado é uma das funções do Estado, logo, esperar que represente os interesses da classe trabalhadora é mera ilusão.

No Estado burguês a luta por uma educação pública de qualidade deve ser permanente e nunca foi tão necessária, ainda que seja impossível a conquista de “chances iguais” para todos, conforme anuncia Maria Helena Guimarães de Castro em entrevista concedida a mesma revista⁵ uma semana após a publicação do artigo criticado nesse texto. Numa sociedade de classes não é possível chances iguais.

A reforma do Ensino Médio está alinhada, certamente, a projetos de leis complementares e projetos de emendas constitucionais que reduzem direitos trabalhistas, cortam drasticamente recursos para áreas sociais, dentre essas a educação e a saúde são possivelmente as mais atingidas⁶. Igualdade de oportunidades e de escolhas para os filhos da classe trabalhadora não passa de um discurso falso e alienante do Estado burguês, formalmente expresso na Medida Provisória 746/2016, aqui brevemente analisada e apresentada como um duro golpe na educação pública do Brasil, como um ataque perverso aos jovens da classe trabalhadora.

Referências

BRASIL. Casa Civil. **Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 09. out. 2016.

BRASIL. Câmara. **PLC 257/2016** – Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FACB5A2F0765666C7E1B0354700BCB15.proposicoesWeb1?codteor=1445370&filename=PLP+257/2016. Acesso em: 09. out. 2016.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Livro II. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LESSA, Sérgio. Da contestação à rendição. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana (Org.). **Trabalho, educação e formação humana: frente à necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital** (tradução Isa Tavares). 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: MÉSZÁROS, István.. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 94-132.

RITTO, Cecília; WEINBERG, Monica. **A nova cor do Ensino Médio**. Revista VEJA: Editora Abril, edição 2497 – ano 49 – nº 39, 28 de setembro de 2016.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

⁶Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/2016. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016. Acesso em: 09/10/2016.